



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 12/05/2025. Publicação: 13/05/2025. Nº 085/2025.

ISSN 2764-8060

5) Afixe-se cópia da presente Portaria no átrio das Promotorias de Justiça desta comarca, para fins de publicidade do ato, bem como encaminhe-se à Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça, para fins de publicação no Diário Oficial.

Cumpridas as determinações, voltem-me os autos para novas deliberações.

CUMPRA-SE.

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 10:00 h (\*)

EDUARDO BORGES OLIVEIRA  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

## PORTRARIA-1<sup>a</sup>PJETIM - 352025

Código de validação: 9DF678573E

### PORTARIA

Ementa: Instauração de Procedimento Administrativo para apurar fatos que possam ensejar a tutela de direitos individuais indisponíveis da criança José Y. P. Vasconcelos

O MINISTÉRIO PÙBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Promotor de Justiça signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas “a” a “d”, da Lei Complementar nº 75/93, art. 98, III, da Constituição do Estado do Maranhão, art. 26, V, da Lei Complementar nº 13/1991, atualizada pela LC n.º 112/2008;

CONSIDERANDO os ditames da Resolução nº 027 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que as ações e serviços de relevância pública, devem ser fiscalizados pelo Ministério Pùblico, a quem cabe zelar pelo seu efetivo respeito, devendo tomar todas as medidas judiciais ou extrajudiciais, necessárias para preservá-los(art. 129, incisos II e III c/c art. 197, CF e art.5º, inc. V, alínea "a", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO necessidade de proceder a estudos e investigações ainda sem lesão comprovada;

RESOLVE:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para apurar fatos que possam ensejar a tutela de direitos individuais da criança José Y. P. Vasconcelos, que segundo a notícia de fato, estão em situação de risco, consoante permissivo constante do art.5,III, do ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 05/2014-GPGJ/CGMP.

Fica designada como secretária do feito a servidora PATRÍCIA DO RÉGO MONTEIRO, matrícula 1071405, Técnica Ministerial Administrativa do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão.

Determina-se, de logo, a adoção das seguintes diligências:

1) Remessa de cópia da presente portaria ao Procurador-Geral de Justiça, para as providências que entender cabíveis no âmbito de suas atribuições como Presidente do Conselho Superior do Ministério Pùblico e ao Corregedor Geral do Ministério Pùblico;

2) Afixação desta Portaria no quadro de avisos da Promotoria;

3) Arquivamento de uma via desta Portaria em pasta própria;

4) O registro e a autuação da presente Portaria nos sistemas de informação SIMP adotado pelo Ministério Pùblico do Estado do Maranhão, como “PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO”, vinculado à 1<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada de Timon-MA, conservando-se o número originário do procedimento, formando-se novos autos, aproveitando-se todos os documentos já em trâmite;

5) Afixe-se cópia da presente Portaria no átrio das Promotorias de Justiça desta comarca, para fins de publicidade do ato, bem como encaminhe-se à Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça, para fins de publicação no Diário Oficial.

Cumpridas as determinações, voltem-me os autos para novas deliberações.

CUMPRA-SE.

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 10:00 h (\*)

EDUARDO BORGES OLIVEIRA  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

## REC-4<sup>a</sup>PJCRIMTIM - 12025

Código de validação: 975CE3B73B

### RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÙBLICO DO MARANHÃO, por sua Promotora de Justiça, Dra KARINA FREITAS CHAVES, titular da 4<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Criminal de Timon/MA, no uso de suas no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II , da Constituição Federal; art. 201, inciso VIII e §5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/1990, no art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Pùblico);

CONSIDERANDO que o disposto no artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, incumbiu ao Ministério Pùblico a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 12/05/2025. Publicação: 13/05/2025. Nº 085/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90, compete ao Ministério Pùblico “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”, principalmente em se observando qualquer desrespeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei e da Constituição Federal, todos têm o dever de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão assim como de prevenir a ocorrência de ameaça ou de violação de seus direitos (cf. art. 227, da Constituição Federal c/c arts. 4º, caput, 5º, 18 e 70, da Lei nº 8.069/90, respectivamente);

CONSIDERANDO que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo dever de todos velar pela dignidade da população infanto-juvenil, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (artigo 227, §4º da CRFB/1988 e artigo 18 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é uma das causas mais recorrentes de violação aos direitos fundamentais da pessoa humana, sendo tida como um dos mais graves problemas de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assumindo especial gravidade no Brasil, seja por questões culturais de aceitação social de tal prática ou mesmo em razão de fatores históricos, econômicos e éticos;

CONSIDERANDO que os casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes são cada vez mais notificados pela população em geral às autoridades públicas, na busca da responsabilização prevista no citado artigo 227, § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO ser dever dos profissionais, que atendem crianças e adolescentes vítimas, adotar medidas para antecipar, limitar e reduzir o número de entrevistas e declarações, dando efetividade aos princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima (artigo 100, parágrafo único, incisos VI e VII, ECA) e demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que entrevistas múltiplas podem ser consideradas pela criança como uma sugestão de maiores informações, de forma que podem estimular distorções ou relatos agregados visando se esquivar da situação de inquirição, além de desencadear ou intensificar sintomas de stress pós-traumático, especialmente ansiedade, depressão, agressividade e confusão mental;

CONSIDERANDO que a abordagem inadequada de crianças ou adolescentes vítimas de crime pode gerar o segundo processo de vitimização, causando os danos secundários que podem ser até mais graves que a própria violência sofrida;

CONSIDERANDO que a demora na coleta das provas periciais, físicas e psíquicas, em crimes sexuais contra crianças e adolescentes, prejudica a apuração dos fatos, além de agravar o trauma resultante do ilícito;

CONSIDERANDO, nesse contexto, o disposto no Decreto Presidencial nº 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e atuação integrada entre os profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de que haja acolhimento em serviços de referência e espaço de escuta qualificado e privacidade para propiciar ambiente de confiança e respeito à vítima (artigo 2º, I, II e III do Decreto Presidencial citado);

CONSIDERANDO que a Portaria nº 528 do Ministério da Saúde, de 1º de abril de 2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde determina que os serviços de referência funcionem ininterruptamente, ou seja, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana (artigo 10);

CONSIDERANDO que, na esteira do reconhecimento da necessidade de atendimento rápido e integrado às vítimas de violência sexual, foi editada a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, determinando que os hospitais integrantes do SUS ofereçam atendimento emergencial integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, sendo obrigatórios o amparo médico, psicológico e social imediatos, a facilitação do registro da ocorrência e a coleta dos materiais necessários para exames;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 4º, parágrafo 1º, da Lei nº 13.431/2017, no sentido de que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada, a ser realizada perante os órgãos da rede de proteção, e depoimento especial, aquele colhido pela autoridade policial ou judiciária;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso VII, da Lei nº 13.431/2017, prevê o direito da criança e do adolescente receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguardo contra comportamento inadequado adotado pelos demais atuantes no processo;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431/2017, em seu art. 4º, inciso IV, prevê como forma de violência a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização;

CONSIDERANDO o artigo 27 do Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, os profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência participarão de cursos de capacitação para o desempenho adequado das funções previstas neste Decreto, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira dos órgãos envolvidos.

CONSIDERANDO, por conseguinte, a necessidade dos órgãos que compõe a rede de proteção atentarem para a necessidade de construção de protocolos que garantam a observância da normativa legal, inclusive para não incidir em violência institucional;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431/2017, em seu art. 7º, conceitua a escuta especializada como sendo “o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção”, e que no seu art.10 dispõe que



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 12/05/2025. Publicação: 13/05/2025. Nº 085/2025.

ISSN 2764-8060

a escuta especializada será realizada em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO que o art. 13, parágrafo único da Lei 13.431/2017, prevê que “ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão promover, periodicamente, campanhas de conscientização da sociedade, promovendo a identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional”;

CONSIDERANDO que o art. 14, da Lei 13.431/2017, estabelece que “ As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência” e que, para tanto, deverão observar as diretrizes impostas no parágrafo primeiro do referido artigo;

CONSIDERANDO que o art. 15, da Lei 13.431/2017, estabelece que “ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar serviços de atendimento, de ouvidoria ou de resposta, pelos meios de comunicação disponíveis, integrados às redes de proteção, para receber denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes”;

CONSIDERANDO que o art. 17, da Lei 13.431/2017, dispõe que “ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência, de forma a garantir o atendimento acolhedor”;

CONSIDERANDO que o art. 19, da Lei 13.431/2017, prevê que “ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os seguintes procedimentos: I - elaboração de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares; II - atenção à vulnerabilidade indireta dos demais membros da família decorrente da situação de violência, e solicitação, quando necessário, aos órgãos competentes, de inclusão da vítima ou testemunha e de suas famílias nas políticas, programas e serviços existentes; III - avaliação e atenção às situações de intimidação, ameaça, constrangimento ou discriminação decorrentes da vitimização, inclusive durante o trâmite do processo judicial, as quais deverão ser comunicadas imediatamente à autoridade judicial para tomada de providências; e IV - representação ao Ministério Público, nos casos de falta de responsável legal com capacidade protetiva em razão da situação de violência, para colocação da criança ou do adolescente sob os cuidados da família extensa, de família substituta ou de serviço de acolhimento familiar ou, em sua falta, institucional.”;

CONSIDERANDO que o art. 26, da Lei 13.431/2017, impõe o prazo de 60 (sessenta) dias contado da entrada em vigor da Lei, para que o Poder Público edite atos normativos necessários à efetividade da Lei;

CONSIDERANDO que o art. 27, da Lei 13.431/2017, determina que o Município (a União e o Estado também), no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da entrada em vigor da Lei, deve estabelecer normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no âmbito das respectivas competências;

CONSIDERANDO a necessidade do Município de Timon/MA ter uma estrutura que promova a integração entre os órgãos que executam as políticas públicas de atendimento, na forma prevista pela Lei nº 13.431/17, na forma de um Centro de Atendimento interinstitucional que deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;

CONSIDERANDO que, diante do quadro acima traçado, faz-se necessário o acompanhamento da implementação de políticas públicas visando à integração e à articulação dos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Município de Timon/MA, em especial através da pactuação de fluxos operacionais de atendimento que contemplam a interlocução entre os serviços de assistência social e de saúde, de forma a ser garantido atendimento integral e especializado à população infanto-juvenil vítima de tal violação de direitos, bem como às suas respectivas famílias;

CONSIDERANDO o constante no Procedimento Administrativo nº 002518-252/2025 em trâmite nesta Promotoria de Justiça;

RESOLVE:

RECOMENDAR ao Excentíssimo Prefeito do Município de TIMON/MA, Sr(a). RAFAEL DE BRITO SOUSA e à Senhora Secretária Municipal de Saúde do Município de TIMON/MA, DÁVILA CLAUDINO DE OLIVEIRA COSTA BEZERRA, que:

01 – Estabeleça, de maneira urgente, normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, bem como respectivo fluxo de atendimento, tendo em vista que se expirou o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da entrada em vigor de ambas as legislações Lei 13.431/2017 e Decreto 9.603/2018;

02 – Implemente no Município de Timon/MA um Centro de Atendimento voltado para crianças e adolescentes vítimas de crimes, em equipamento de saúde, o qual deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência;

03 – Instale o serviço em local que ofereça condições de privacidade para a entrevista sem identificação nominal do setor ou da sala destinada ao atendimento, de forma a ser resguardada a identidade das vítimas e de suas famílias, tanto no espaço da instituição quanto no espaço público;

04 – Assegure que o serviço em questão seja integrado por equipe multidisciplinar, composta, no mínimo, por um psicólogo e um assistente social, devidamente capacitados e especializados no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso/exploração sexual;

05 – Assegure que a equipe multidisciplinar em questão realize o encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas, que necessitem de atendimento psicológico continuado, aos serviços de saúde com tal atribuição (referenciamento à rede de saúde) ou, não sendo possível esse encaminhamento, que disponibilizem diretamente tal atendimento;



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 12/05/2025. Publicação: 13/05/2025. Nº 085/2025.

ISSN 2764-8060

06 – Assegure que os profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência participem de cursos de capacitação para o desempenho adequado das funções previstas no artigo 27 do Decreto nº 9.603, de 10 de Dezembro de 2018 que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira dos órgãos envolvidos

07 – Edite atos normativos necessários à efetividade da Lei, inclusive estabelecendo fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de crimes que contemplem a articulação do Centro de Atendimento com os demais serviços ofertados pelo Município de Timon/MA, em especial com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), objetivando a inclusão de crianças e adolescentes vítimas, bem como de suas famílias, em programas de orientação e apoio sociofamiliar, contribuindo, assim, para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, uma vez que o prazo de 60 (sessenta) dias contado da entrada em vigor da Lei 13.431/2017, conforme art. 26 da citada Lei, expirou-se.

Em caso de não acatamento desta RECOMENDAÇÃO, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação.

Encaminhe-se cópia eletrônica ao CAOp/IJ para controle e medidas que entender cabíveis.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Câmara Municipal de Timon/MA, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia eletrônica à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do MPMA.

Afixe-se cópia no átrio da Promotoria, pelo prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento geral.

Publique-se. Cumpra-se. Timon/MA, data do sistema.

assinado eletronicamente em 07/05/2025 às 12:10 h (\*)

KARINA FREITAS CHAVES  
PROMOTORA DE JUSTIÇA

**REC-4ªPJCRIMTIM - 22025**

Código de validação: C748F83D83

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, por sua Promotora de Justiça, Dra. KARINA FREITAS CHAVES, titular da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon/MA, no uso de suas no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II, da Constituição Federal; art. 201, inciso VIII e §5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/1990, no art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o disposto no artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, incumbiu ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo dever de todos velar pela dignidade da população infanto-juvenil, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (artigo 227, §4º da CRFB/1988 e artigo 18 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que, na forma da Lei e da Constituição Federal, todos têm o dever de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão assim como de prevenir a ocorrência de ameaça ou de violação de seus direitos (cf. art. 227, caput e § 4º, da Constituição Federal c/c arts. 4º, caput, 5º, 18 e 70, da Lei nº 8.069/90, respectivamente);

CONSIDERANDO ser dever dos profissionais, que atendem crianças e adolescentes vítimas, adotar medidas para antecipar, limitar e reduzir o número de entrevistas e declarações, dando efetividade aos princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima (artigo 100, parágrafo único, incisos VI e VII, da Lei nº 8.069/90) e demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90, compete ao Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”, principalmente em se observando qualquer desrespeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.603, de 10 de Dezembro de 2018 regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO a necessidade do Município de Timon/MA ter uma estrutura que promova a integração entre os órgãos que executam as políticas públicas de atendimento, na forma prevista pela Lei nº 13.431/17, na forma de um Centro de Atendimento interinstitucional que deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431/2017, em seu art. 4º, inciso IV, prevê como forma de violência a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar “revitimização”;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 4º, §1º, da Lei nº 13.431/2017, no sentido de que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada, a ser realizada perante os órgãos da rede de proteção, e depoimento especial, aquele colhido pela autoridade policial ou judiciária;